

Distribuição por Dependência à
Ação Popular 98.001.160295-7

O Sr. Dr. Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital, ao receber a presente petição, tem a honra de manifestar-se sobre a oportunidade de os estudantes e demais cidadãos que se referem a isenção, admitindo os argumentos já deduzidos nos autos do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça, e mandado. At.te.

De 01.09.99
José Klausner

"A instrução pública uma coisa ainda por criar, uma ridícula mesquinha negaceada às classes carecentes, (...) inacessível à maioria dos contribuintes." (Ruy Barbosa, 20 de abril de 1877)

"A verdade é que, se a Constituição estabeleceu que a educação é direito de todos e dever do Estado, significa que a elevou à condição de serviço público a ser prestado pelo Poder Público indiscriminadamente e, portanto, gratuitamente aos usuários, ficando seu custeio por conta das arrecadações gerais do Estado. Então o Estado há de cobrar para cumprir o seu dever?" (José Afonso da Silva, in Direito Constitucional Positivo, pg 715)

CARLOS EDUARDO REIS CLETO, advogado, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade nº 93.431, emitida pela OAB-RJ, residente e domiciliado na Rua Voluntários da Pátria 34 casa 23, Botafogo, Rio de Janeiro, RJ, que mantém escritório, para fins do Artigo 39, I, do CPC, na Av. Presidente Antonio Carlos 25, sala 703, Castelo, nesta Capital, CEP 20.020-010, com fulcro no inciso LXXIII da Constituição Federal, e na Lei 4.717/65, vem respeitosamente a uizar

AÇÃO POPULAR

em face da UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, instituição pública de ensino superior, cuja Reitoria está sediada na Rua São Francisco Xavier nº 524, Maracanã, nesta capital.

requerendo, em face de evidente *periculum in mora*, que seja concedida, *inaudita altera pars*, na forma do § 4º do Artigo 5º da Lei 4.717/65, e dos Artigos 797 e 798 do CPC, aplicados subsidiariamente

MEDIDA LIMINAR

para que seja ordenado à Ré que aceite gratuitamente as inscrições no Concurso Vestibular 2000 da UERJ, dos candidatos que tempestivamente lhe requereram isenção da taxa de inscrição no referido certame, e:

- a) concluíram ou estão concluindo seu curso de 2º grau em instituição pública de ensino médio; ou,
- b) que declarem, na forma prevista no Artigo 1º da Lei 7.115, de 29 de agosto de 1983, não poder arcar com o custo da taxa de inscrição sem comprometer seu próprio sustento.

Oct